

COOPERAÇÃO FINANCEIRA NO MERCOSUL: UM PASSO IMPRESCINDÍVEL PARA O FORTA- LECIMENTO DA INTEGRAÇÃO

Simone S. de Deos*
Rubia C. Wegner**

1 INTRODUÇÃO

Um acordo de integração regional pressupõe a reunião de países em torno de objetivos comuns. De fato, quanto mais numerosos e ambiciosos os objetivos, maior o número de instrumentos necessários para concretizá-los. Assim sendo, atrelar mecanismos financeiros às várias dimensões relativas a um acordo regional é uma condição necessária quer para sua consolidação, quer para seu aprofundamento.

No Mercado Comum do Sul (Mercosul), como se sabe, o objetivo formalmente estabelecido pelo Tratado de Assunção, de 1991, era não só a criação de uma união aduaneira – que vai além do livre comércio entre os países, pois implica a adoção de uma tarifa externa harmonizada –, mas também de um mercado comum – o que significaria livre trânsito de fatores entre os países – até 1995. Contudo, os progressos efetivos na integração foram modestos, de forma que se pode afirmar que o Mercosul, no presente, constitui uma união aduaneira imperfeita (SÁEZ, 2008). Importa ressaltar que nos anos 1990, os países-membros do Mercosul pautaram a criação do bloco baseados no pressuposto de que a conformação de uma área econômica aberta ensejaria a complementaridade econômica entre os países, bem como o aumento dos fluxos de comércio e dos investimentos estrangeiros (PRESSER, 1996), processo este que seria financiado pelos mercados, em um contexto de abertura financeira.

Contudo, o que efetivamente se observou foi que as crises externas sequenciais do Brasil (1999) e da Argentina (2001-2002), com repercussões importantes sobre as demais economias do Mercosul, colocaram em xeque a própria integração, ainda nos seus primeiros anos. De fato, a evidente instabilidade macro das economias periféricas em um contexto de elevada mobilidade de capitais concorreu para o enfraquecimento do bloco. O que ficou claro, assim, é que o aprofundamento da integração requer algum grau de coordenação e harmonização macroeconômica, bem como instrumentos financeiros que deem suporte ao processo, em várias dimensões.

* Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP) e pesquisadora do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri/IE/UNICAMP). *E-mail:* <simonedd@uol.com.br>.

** Mestranda em Desenvolvimento Econômico do IE/UNICAMP e pesquisadora do Ceri. *E-mail:* <rubicawegner@gmail.com>.

A importância atribuída aos projetos de integração regional, bem como seus objetivos, modificam-se ao longo do tempo, em função de distintos contextos econômicos, ideológicos e políticos. De fato, apesar de existirem instituições financeiras regionais e sub-regionais latino-americanas há pelo menos 40 anos, as quais estão, de alguma forma, ligadas às várias tentativas de avançar na integração do continente,¹ não se verificou um processo de criação e fortalecimento dessas instituições articulado com uma dinâmica de aprofundamento da integração. Contudo, é possível observar a partir de 2003, na América do Sul, um maior reconhecimento da necessidade de avançar na integração, bem como de ampliar seu escopo para além da dimensão puramente comercial.

Nesse sentido, no âmbito do Mercosul, observou-se a criação de mecanismos voltados para a redução das assimetrias entre os países, que é bastante grande, assim como visando ao fomento do comércio via economia de divisas. Ademais, também foi possível observar que instituições financeiras não direta e estritamente vinculadas ao Mercosul, mas que de alguma forma se articulam com os países do bloco – como CAF e Fonplata – voltaram-se para a questão do financiamento da infraestrutura de suas economias. Nesse sentido, também deve ser mencionada a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos anos mais recentes, financiando a internacionalização de empresas brasileiras na América do Sul, inclusive em projetos de integração física atrelados à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana² (IIRSA).³ A propósito, é no âmbito da IIRSA que se pode observar um crescente volume de empréstimos concedidos por instituições financeiras sub-regionais – como CAF e Fonplata – a obras de infraestrutura voltadas para conectar, fisicamente, os países sul-americanos. Ademais, a criação de mecanismos como o Fundo de Convergência Estrutural (Focem), 2004, e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), 2008, impulsionaram o Mercosul recentemente.

Cooperação financeira regional é como a literatura tem denominado esse movimento de criação e fortalecimento, nos anos 2000, de instituições ligadas à dimensão financeira dos acordos de integração (OCAMPO, 2006; CULPEPER, 2006). De forma mais específica, a atuação de instituições financeiras regionais tem sido apreendida e analisada em dois planos: em um primeiro, estariam as instituições destinadas a financiar os investimentos de longo prazo; no outro plano, as que se destinariam a prover liquidez em períodos de crise de balanço de pagamentos e, nesta perspectiva, poderiam também ser incluídas aquelas voltadas a economizar divisas nas operações de comércio exterior entre os países. Isto posto, nesse trabalho o objetivo é discutir o estágio da cooperação financeira no Mercosul a partir da atuação recente de CAF, Fonplata, Focem (instituições pertencentes ao que se chama de primeiro plano da cooperação financeira) e SML (em outro plano).

1. Como a Corporação Andina de Fomento (CAF), criada em 1971, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), criado em 1974, e o Acordo de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), criado em 1965, que mais tarde passou a denominar-se Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, entre outras.

2. Embora a atuação do BNDES no financiamento de projetos da IIRSA seja importante, e a atuação deste banco, de forma geral, na questão da integração no continente seja um tema que merece grande atenção, isso não será tratado no âmbito desse trabalho, que se ocupará, mais estritamente, da análise de instituições sub-regionais.

3. A IIRSA foi lançada em 2000 e articulava-se às políticas liberais do momento. Mais recentemente, no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a IIRSA, reformulada, passou a ser incorporada como um de seus três eixos temáticos.

2 EVIDÊNCIAS RECENTES DO FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA NO MERCOSUL

A Corporação Andina de Fomento, com sede em Caracas, na Venezuela, é uma instituição financeira multilateral sub-regional que se enquadra nas características de um banco de desenvolvimento. Está em sua origem a intenção de fomentar e impulsionar a integração da região andina.

É possível discutir a importância da CAF para a regionalização tomando como ponto de partida as funções que vem desempenhando mais recentemente. Efetivamente, esta instituição concede empréstimos aos governos dos países acionistas⁴ e ao setor privado, sendo estes de curto, médio e longo prazo – um ano, até cinco anos e mais de cinco anos, respectivamente. Tais empréstimos podem ser de diferentes tipos: comércio exterior – pré e pós-embarque –, e financiamento de bens de capital e capital de giro, para projetos específicos.⁵

O capital subscrito da CAF, em 2009, era de US\$ 2,48 bilhões e os principais acionistas eram Colômbia (21,66%), Peru e Venezuela (21,63% cada um) – estes considerados acionistas classe “A” –, além de Equador (6,16%) e Bolívia (6,11%), que possuem ações classificadas como “B”. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – os membros plenos do Mercosul, vale dizer –, por sua vez, possuem, juntos, ações equivalentes a 15,78% do capital da CAF. Mais especificamente a Argentina detém 6,87%, o Brasil, 6,3% e Paraguai e Uruguai 0,5% e 2,10% respectivamente.⁶ No total de empréstimos concedidos em 2009, os países com mais participação foram Equador (17,43%), Peru (15,88%), Colômbia (14,4%) e Venezuela (14,99%). E aos países do Mercosul coube 23,8%, ou seja, US\$ 2,8 bilhões – 9,83% à Argentina; 8,78% ao Brasil; 0,24% ao Paraguai e 4,94% ao Uruguai.

Em 2009, o volume total de ativos da CAF era de US\$ 16 bilhões, a carteira de empréstimos de US\$ 11,7 bilhões e o patrimônio líquido de US\$ 5,2 bilhões. De fato, desde o início do século XXI essa instituição vem crescendo consideravelmente: a título de comparação pode ser observado que em 2004 seu ativo total era de US\$ 9,5 bilhões, a carteira de empréstimos de US\$ 7,1 bilhões e o patrimônio líquido de US\$ 2,7 bilhões. Assim, em 2009 a CAF apresentou volume total de ativos 68% superior ao de 2004, bem como ampliou em 65% o volume de empréstimos e em 92% o patrimônio líquido.

Desde meados dos anos 1990 a CAF vem avançando significativamente na função de provedora de recursos de médio e longo prazo. Conforme Sagasti e Prada (2006), os

4. Atualmente, são 17 os países-membros da CAF: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad y Tobago, Uruguai, Venezuela e 15 bancos privados da região.

5. Elaborado com base nos relatórios anuais da CAF – sobretudo de 2008 e 2009 – e em informações retiradas de seu *site*: <<http://www.caf.com>>.

6. Conforme informações disponibilizadas no Relatório Anual de 2009 da CAF, os países-membros do Mercosul seguem como acionistas classe “C”. Por outro lado, em 2007 foram finalizadas tratativas para ampliação gradual do capital brasileiro na CAF, até 2010. O objetivo seria colocá-lo em posição de membro especial ou pleno – acionista classe “A” –, ampliando seus poderes e sua cobertura para contratação de novos financiamentos. Argentina e Uruguai também estariam passando por processos semelhantes.

empréstimos de longo prazo, no período 1991-2000, representavam cerca de 50% do total aprovado, enquanto em 2001-2003 aumentaram para 80%. Tal tendência de expansão prosseguiu, de modo que em 2008 os empréstimos de longo prazo representaram, em média, 85,13% do total de empréstimos concedidos. Em 2009, por sua vez, o volume de empréstimos de longo prazo representou cerca de 86% do total.

Os empréstimos concedidos pela CAF aos setores público e privado geralmente se destinam à infraestrutura, como transportes, telecomunicações e eletricidade/gás/água, setores que em 2009 representaram, respectivamente, 31,09% (US\$ 3,6 bilhões) e 25,21% (US\$ 2,9 bilhões) da carteira de empréstimos da CAF. Analisando-se a evolução da composição da sua carteira é possível notar que setores como ensino, serviços sociais e saúde, que em 2004 representavam 22,89%, tiveram participação de 14% em 2009, enquanto os setores de infraestrutura aumentaram sua participação relativa na carteira. De fato, para a CAF, infraestrutura e desenvolvimento local seriam áreas estratégicas de atuação, para as quais, em 2009, destinou 40% das aprovações (CAF, 2009).

Quanto às aprovações de crédito, estas foram, em 2009, da ordem de US\$ 9 bilhões, das quais 24,56% para o Mercosul – 7,08% para Argentina, 9,86% para o Brasil, 1,17% ao Paraguai e 6,43% para o Uruguai. Como destacado no relatório anual (CAF, 2009), o aumento de 13,2% (US\$ 7,95 bilhões), em relação a 2008, no volume de aprovações evidencia o papel anticíclico desempenhado por essa instituição no auge da recente crise financeira internacional.

A importância da Corporação Andina de Fomento para os países do Mercosul, em 2009, pode ser ilustrada como segue. Para a Argentina, foram aprovados US\$ 410 milhões – 63,2% do total aprovado – para obras de desenvolvimento social e ambiental, programa de abastecimento de água potável, projetos de infraestrutura e integração. Além disso, foi aprovada uma linha de crédito de US\$ 85 milhões para os principais bancos desse país, com vista a financiar o comércio exterior, pequenas e médias empresas e compras de ativos fixos. Para o Brasil, na área de sistemas financeiros e mercados de capitais, US\$ 815 milhões foram aprovados – o que representa 89,9% do total. Esse montante se destinou a financiar investimentos produtivos, operações de comércio exterior e capital de giro do setor privado.⁷ O Paraguai, por sua vez, contou com aprovação de US\$ 85 milhões para financiar investimentos sociais e de infraestrutura, bem como com US\$ 22 milhões para financiar projetos de investimento e operações de comércio exterior. No Uruguai, o volume aprovado pela CAF – US\$ 100 milhões – foi destinado principalmente para financiar projetos relacionados ao desenvolvimento da infraestrutura econômica do país.

7. A empresa Odebrecht, por exemplo, teve acesso, em 2009, a uma linha de crédito da CAF de US\$ 50 milhões para emissão de garantias parciais de crédito e financiamento de operações de capital de giro, a fim de não interromper as operações dessa empresa junto a obras da IIRSA (CAF, 2009).

Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia são os acionistas do Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do rio da Prata (Fonplata), criado em 1974 para financiar projetos de infraestrutura que promovessem a integração econômica e o desenvolvimento harmonioso da região da Bacia do rio da Prata. O seu principal projeto, atualmente, é a Hidrovia Paraguai-Paraná, que tem recebido recursos a partir da IIRSA, o que evidencia a importância dessa iniciativa para revitalizar o Fonplata.

É nessa perspectiva, pois, que se deve entender o aumento de tamanho desse fundo do ponto de vista de todos os indicadores patrimoniais, desde 2004. O capital do Fonplata, que em 2004 era de US\$ 350 milhões, aumentou de forma importante, tendo atingido, em abril de 2010, US\$ 489 milhões. O ativo total, por sua vez, que era de US\$ 391 milhões em 2004, atingiu US\$ 481,6 milhões em 2009. A carteira de empréstimos também se expandiu ao longo do período: era de US\$ 349,3 milhões em 2004 e passou para US\$ 481 milhões em 2009. Embora os dados relativos à carteira de empréstimos por país estejam disponíveis apenas até 2007, é possível observar que nesse ano Brasil e Argentina foram os principais beneficiados pelos empréstimos do Fonplata, tendo participação de 31,25% e 35,63%, respectivamente.

Em 2008,⁸ foram desembolsados pelo Fonplata recursos da ordem de US\$ 35,24 milhões – 18,55% a mais do que os desembolsos em 2004 e 28% menos do que em 2007. Nota-se que a Argentina – que é, com o Brasil, o país que mais contribui para o capital do Fundo – absorveu a maior parcela de recursos desembolsados em 2006 e 2007 (52,5%, 53,1%, respectivamente), seguido pelo Brasil. Já em 2008 o Brasil teve a maior participação nos desembolsos (49,1%), ficando a Argentina com o segundo posto (41,8%). Nesse mesmo ano, o Fonplata destinou 5,8% dos desembolsos para a Bolívia, e ao Paraguai foi destinado 2,8%.

O Focem, que é um fundo fiscal atrelado ao Mercosul, foi criado em 2004, mas tornou-se operacional apenas em 2007. O montante anual de contribuição dos países-membros ao Focem é de US\$ 100 milhões,⁹ sendo que Brasil deve contribuir com 70%, Argentina com 27%, Uruguai com 2% e Paraguai com 1% – porcentagens estabelecidas em função da participação histórica do produto interno bruto (PIB) dos países no PIB total do bloco. Em termos de distribuição de recursos, Paraguai deve receber 48%, Uruguai 32% e Argentina e Brasil 10%. Deve ser ressaltado, assim, o caráter redistributivo do fundo, que deve privilegiar obras de infraestrutura destinadas a facilitar o processo de integração.¹⁰

De fato, o Focem, além de financiar projetos sem exigência de reembolso, procura fazê-lo de modo a amenizar, progressivamente, as diferenças estruturais. E esse é um ponto importante a ser observado porque um processo de integração que não contemple políticas ativas nesse sentido tende a aumentar as desigualdades entre os países do bloco (MOLLO; AMADO, 2001).

8. Não há um conjunto abrangente de informações disponíveis para 2009, pois o relatório anual para este ano ainda não foi divulgado.

9. No primeiro ano orçamentário do fundo, os Estados deveriam integralizar 50% de suas contribuições anuais, para a execução de projetos-piloto. No segundo ano, 75% e, a partir do terceiro ano, 100%.

10. Biancarelli (2008) critica o reduzido foco que esse fundo dá ao processo de mudança estrutural, além de apontar para sua reduzida dimensão – em termos do volume de recursos que pode mobilizar.

No biênio 2007-2008 tiveram início, no âmbito do fundo, 25 projetos, com financiamento total de US\$ 197,7 milhões.¹¹ De fato, um ponto que se questiona, acerca do Focem, diz respeito a sua pequena dimensão. Mas vale apontar que, relativamente, os montantes disponibilizados pelo Focem não estão muito aquém daqueles disponibilizados pela União Europeia em seus fundos estruturais e de coesão (SOUZA *et al.*, 2010a). Efetivamente, ao longo dos dois anos de existência do Focem, o montante de recursos recebidos pelo Paraguai seria equivalente a 0,8% do PIB, enquanto a Irlanda, no período de 1989 a 2006, teria recebido dos fundos da União Europeia o equivalente a 1,6% do PIB, como apontam Souza *et al.* (2010a).

No âmbito de um acordo de integração, mecanismos que visem facilitar o comércio intrarregional por meio do provimento de liquidez e/ou economia de divisas são de especial importância. Na América Latina, uma das iniciativas pioneiras nesse sentido é o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), atrelado a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), que é um sistema de pagamentos entre bancos centrais de 12 países da região que funciona por meio de câmara de compensação entre bancos centrais, imbricada por acordos de crédito (RÜTTIMANN *et al.*, 2008).

Outro exemplo nessa linha, esse bastante recente e diretamente atrelado ao Mercosul, é o Sistema de Pagamentos em Moeda Local. Esse mecanismo entrou em vigor em 2008, entre Brasil e Argentina, e consiste em um sistema de pagamentos transfronteiriço integrado aos sistemas de pagamentos locais e destinado a operações comerciais. Na Cúpula do Mercosul de julho de 2009 foi ratificada a entrada, para 2010, de Paraguai e Uruguai. Efetivamente, o SML se inscreve em uma perspectiva semelhante à do CCR, qual seja, reduzir a necessidade de divisas no comércio regional de bens e serviços e, com isso, contribuir para incrementá-lo. Contudo, esse sistema, ainda que se destine, inicialmente, a facilitar o acesso das empresas de menor porte ao mercado externo, é, em certo aspecto, mais ambicioso que o CCR. Isso porque a liquidação das transações para os importadores e exportadores é feita em moeda local, sendo apenas a compensação entre os bancos centrais feita em dólar. Portanto, como aponta Carvalho (2009), ainda que o SML não represente a “desdolarização” do comércio, é um passo nesse sentido e constitui avanço importante na integração financeira da América do Sul.¹²

De fato, por meio desse mecanismo é possível que importadores e exportadores reduzam seus custos e se protejam dos riscos de variação cambial, além de simplificarem suas operações. Em outubro de 2008, primeiro mês de funcionamento do sistema, foram contabilizadas três operações de importação argentinas no âmbito do SML. Já em dezembro de 2008, foram contabilizadas 18 operações de importação argentinas,

11. Para uma análise detalhada da distribuição de recursos do Focem, ver Souza *et al.* (2010b).

12. Alguns autores avaliam que, por substituir, nas transações comerciais, o dólar pela moeda local, o SML representa, juntamente ao euro, na União Europeia, e a crescente força regional do *yuan*, da China, uma perspectiva, ainda que bastante preliminar, de caminho alternativo ao uso exclusivo do dólar (BARRETO, 2009). Ferrari Filho *apud* Barreto (2009) ressalta, nesse contexto, a importância do SML para o reforço do processo de integração no Mercosul, bem como de proteção das reservas cambiais.

em dezembro de 2009 foram 168 operações, e em outubro de 2010 estas totalizaram 370 – em uma tendência nítida de crescimento da utilização do sistema pelos importadores argentinos. No que diz respeito às importações brasileiras de bens e serviços da Argentina, o grau de intensidade de utilização do SML é muito inferior e não se pode ainda inferir tendência de crescimento.¹³

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fragilidades do Mercosul ficaram claras quando das crises externas enfrentadas por Brasil e Argentina entre 1999 e 2002, evidenciando que uma integração mais efetiva demandaria a construção e/ou o reforço de instituições que pudessem financiar várias dimensões desse processo, o que não seria feito pelo mercado. Além disso, a crise mostrou que seria necessário avançar no fortalecimento macroeconômico dessas economias, sem o qual uma coordenação ou harmonização mínima, necessária para a continuidade do processo de integração, seria impossível.

Nesse sentido, é possível observar, mais recentemente, o fortalecimento e o direcionamento de instituições voltadas para o financiamento da infraestrutura da integração entre os países – como CAF e Fonplata, por exemplo. Ao mesmo tempo, observam-se também iniciativas voltadas a incentivar o comércio, tal como o SML, bem como a criação de um fundo fiscal voltado para uma questão crucial, que é reduzir as assimetrias entre os países, ponto particularmente importante no Mercosul.

De fato, entende-se que a ampliação e o reforço dessas instituições, e sua maior coordenação e articulação com outras instituições congêneres em âmbito regional, aumentariam as possibilidades de coordenação macroeconômica entre as economias, permitiriam uma defesa mais eficaz contra as crises externas, ao mesmo tempo que viabilizariam um aprofundamento da integração no plano produtivo e da infraestrutura.

13. Para uma discussão sobre a desproporção no uso do SML por importadores de Brasil e Argentina, bem como para uma análise mais detalhada dessa, ver Pinto e Severo (2010).

REFERÊNCIAS

- BARRETO, P. Dólar: queda ou trauma passageiro. **Desafios do Desenvolvimento**, Ipea, ano 6, n. 53, 2009.
- BIANCARELI, A. M. **Inserção externa e financiamento**: notas sobre padrões regionais e iniciativas para a integração na América do Sul. Campinas, 2008. Mimeografado.
- CARVALHO, C. E. **Integração financeira da América do Sul**: passos importantes, muitas dificuldades. São Paulo, 2009. Mimeografado.
- CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS (CCR). **Evaluación del funcionamiento del Sistema de Pagos en el año 2009**. Aladi/SEC/di 2325 – 23/3/2010.
- CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO (CAF). **Informe anual 2009**. Caracas, Venezuela, 2009. 234 p.
- CULPEPER, R. Reforma de la arquitectura financiera mundial: el potencial de las instituciones regionales. *In*: OCAMPO, J. A. (Org.). **Cooperación financiera regional**. Santiago do Chile: Cepal, 2006, p. 57-90 (Libros de la Cepal, n. 91).
- MOLLO, M. L. R.; AMADO, A. M. Globalização e blocos regionais: considerações teóricas e conclusões de política econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 127-166, jan./mar. 2001.
- OCAMPO, J. A. La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos. *In*: OCAMPO, J. A. (Org.). **Cooperación financiera regional**. Santiago do Chile: Cepal, 2006, p. 13-56 (Libros de la Cepal, n. 91).
- PINTO, L. F.; SEVERO, L. W. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, Ipea, n. 5, dez. 2010.
- PRESSER, M. F. Globalização e regionalização: notas sobre o Mercosul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, p. 86-100, 1996.
- RÜTTIMANN, A. B. *et al.* CCR: seu papel no financiamento à infra-estrutura. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 81-114, jun. 2008.
- SÁEZ, S. **La integración en busca de un modelo**: los problemas de convergencia en América Latina y Caribe. Santiago do Chile: División de Comercio Internacional e Integración/Cepal, jul. 2008. 49 p.
- SAGASTI, F.; PRADA, F. Bancos regionales de desarrollo: una perspectiva comparativa. *In*: OCAMPO, J. A. (Org.). **Cooperación financiera regional**. Santiago do Chile: Cepal, 2006, p. 91-129 (Libros de la Cepal, n. 91).
- SOUZA, A. M. *et al.* **Integrando desiguais**: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2010a. 49 p. (Texto para Discussão, n. 1477).
- _____. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem): agendas e propostas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, Ipea, n. 5, dez. 2010b.